PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ORLA DA ESTRADA NOVA DE BELÉM

Fabricio César da Costa Rodrigues[1]
Maria de Fátima Fonseca[2]

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar as formas de produção e organização do espaço urbano e os impactos socioambientais, mais especificamente com a revitalização da bacia da Estrada Nova denominada de Portal da Amazônia. Em seguida se propõe a verificar o papel do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova-PROMABEM e da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) no processo de urbanização da orla, da segregação sócio espacial que a população de baixa renda sofreu, bem como o marketing urbano reforçado pelo interesse privado. O artigo busca ainda, apresentar criticamente as atuais práticas de gestão e planejamento urbano, do poder público Estadual e Municipal de requalificação urbana. Aplicou-se, neste artigo, a metodologia por meio de uma pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental que norteia o foco da pesquisa. Em seguida analisa acerca do papel da legislação urbanística tendo em vista o papel do Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Belém com relação à gestão voltada para a revitalização da orla de Belém.

Palavras- chave: Espaço urbano; orla fluvial; revitalização; impacto socioambiental.

---

1 Pedagogo pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Especialista em Currículo e Avaliação na Educação Básica pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Geógrafo pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Gestão de Cidades e Sustentabilidade- NUMA, Mestrando do NUMA. E-mail: fabmissionufpa@gmail.com

2 Socióloga, professora da Universidade da Amazônia – UNAMA.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the forms of production and organization of the urban space and social and environmental impacts, specifically with the revitalization of the basin of New Road called Amazon Portal. Then seeks to verify the role of the Sanitation Program of New Stay basin-PROMABEM and the City of Belém (PMB) in the process of urbanization of the edge, the socio-spatial segregation that the low-income population suffered, as well as the urban marketing reinforced by private interest. The article also seeks to present critically the current management practices and urban planning, public power state and municipal urban renewal. In this article is applied, the methodology throug a qualitative research with bibliographic and documental aprouch that guides the research focus. Then analyzes on the role of planning law in view of the role of the City Statute and Plan of Belém in relation to the management focused on the revitalization of the edge of Belém.

Keywords: urban space, river shores, revitalization, environmental impact

1. INTRODUÇÃO

O referido artigo tem por objetivo analisar a relação existente entre as formas de produção e a organização do espaço e os impactos sócioambientais mais especificamente com a revitalização da Bacia da Estrada Nova denominada de Portal da Amazônia. Trata-se de um projeto idealizado pela Prefeitura de Belém, onde busca a requalificação urbana e ambiental, criando uma orla mais dinâmica para fins turísticos e econômicos apresentando um novo fluxo de vias de transportes e acesso rápido a Universidade Federal do Pará-UFPA.

Na verdade, o Portal da Amazônia compreende seis quilômetros da orla que se estende do Mangal das Graças até a UFPA sendo dividida em dois grandes projetos: a macrodrenagem da

Estrada Nova (atual Avenida Bernardo Sayão) e o Projeto Orla. A esfera pública, nesse contexto provocou transformações sócio espaciais, intervindas no modo de vida amazônico, ou seja, na identidade ribeirinha provocando mudanças significativas dessa população local, bem como dos moradores em seu entorno.

A metodologia adotada neste artigo foi de uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Assim, buscou-se compreender os significados das transformações do espaço urbano da orla fluvial de Belém tendo em vista o papel do Estatuto da Cidade e o Plano Diretor como importantes instrumentos de planejamento urbano.

A pesquisa documental foi essencial para compreender a forma de intervenção da gestão municipal no espaço da cidade, através de projetos urbanísticos da orla de Belém. Entende-se que essa abordagem é bastante significativa para compreender o atual papel das práticas de gestão e planejamento urbano do espaço citadino belenense. Embora o projeto crie novas formas de arrecadamento de tributos, dinamiza múltiplas atividades econômicas e marketing urbano do consumo da paisagem, causa também inúmeros impactos socioambientais. A concepção de marketing urbano, segundo Sánchez (1997), tem como objetivo promover a cidade enquanto um bem a ser comercializado e consumido. Souza (2002), por sua vez, apresenta relevante contribuição crítica da gestão urbana sob uma perspectiva mercadófila.

Desse modo, a questão central que norteou este artigo foi compreender em que medida as atuais práticas de gestão e planejamento urbano apresenta contradições no desenvolvimento urbano de Belém? Quais as implicações impactantes tendo em vista implantar a modernização turística da orla e a reconstrução da rede sócio espacial da população local?

1.1. Produção do espaço fluvial de Belém e a política do PROMABEN

Considerando-se a produção do espaço da orla fluvial de Belém, no início de sua fundação a partir da geopolítica portuguesa do século XVII e da real necessidade de consolidar o domínio territorial ao norte de sua colônia, escolhendo um local que garantisse a melhor posição estratégica sobre o acesso a principal à região, ou seja, ao rio Amazonas, se constituiu o lugar de nascimento de Belém. Historicamente, a urbanização de Belém sempre apresentou um vínculo muito próximo com a hidrografia da região fazendo Moreira (1989) a denominar de "ribeirinha" sua gênese de crescimento, a exemplo de várias outras cidades amazônicas.

Esse modelo de ocupação inicial, segundo Moreira apud Trindade Jr. (1989, p. 52) expandiu acompanhando a orla fluvial, para, posteriormente, deslocar-se para o interior e se continentalizar, estabelecendo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a descontinentalização (meados do século XIX em diante).

Posteriormente a esse contexto histórico segundo Trindade Jr. (2005), ocorre a fase da metropolização iniciada na década de 1960 cuja consolidação está vinculada a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, construindo uma malha urbana tipicamente regional, ainda que social e politicamente fragmentada.

Nesse sentido, para Trindade Jr. (2005) assim como as demais cidades amazônicas, Belém se dinamiza em função do rio, sendo uma cidade ribeirinha, não apenas em sua fundação histórica por mais de três séculos o rio representou a principal via de integração regional e nacional da cidade. Ao longo dos cursos fluviais e da sua geografia houve uma forte interação entre desenvolvimento econômico e cultural com índios, portugueses, cabanos, borracha, drogas de sertão, juta, mandioca, açaí; aonde

tudo e todos chegavam e partiam de Belém.

Ao longo de décadas a ocupação da orla fluvial ocorreu no sentindo oposto à medida que outras áreas urbanas eram revitalizadas dando origem a vários bairros que temos hoje como o: Reduto, Comércio, Campina, Cidade Velha, etc.

Surge na atualidade, uma nova maneira de planejamento urbano, o qual desencadeou diversas obras e intervenções espontâneas de uma nova estética urbanística. O discurso do Plano Diretor, Estatuto da Cidade, PMB e do PROMABEN representam uma nova gestão e planejamento urbano com os projetos de revitalização, macrodrenagem, saneamento das margens do rio Guamá e baía do Guajará.

Na atualidade urbana, temos uma rede de conflitos gerados no litoral sul belenense, tendo em vista o papel dos gestores e das políticas urbanas do PROMABEN e da PMB. Tais empreendimentos visam: proteger contra as inundações das marés as áreas baixas ao longo do rio Guamá e baía do Guajará; a melhoria das condições ambientais com o saneamento incorporando as áreas de baixada ao tecido urbano de Belém.

Uma das problemáticas urbanas urgentes da cidade de Belém segundo Trindade Jr.(1997) é o das novas frentes de ocupação e organização do espaço urbano de Belém. Essa expansão acelerada da urbanização da orla com a implantação de novas obras de infraestrutura tem gerado uma nova dinâmica de ocupação desordenada, conflitos, com a expulsão de populações tradicionais. Essa dinâmica urbana ao longo do tempo privou a população belenense de interação de um bem comum, a contemplação do rio, característico da região amazônica e suas singularidades. Segundo Santos (1996, p. 46) o avanço da urbanização, ganha novo impulso; modificando os espaços, tanto nas cidades como no campo, "vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturalmente, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da Ciência.".

Nesse sentido, considerando a orla da Avenida Bernardo Sayão em seu passado mais remoto a população nativa exercia uma relação mais equilibrada com o seu meio, de se relacionar

com os rios, os recursos naturais e a paisagem. Em nossos dias, as técnicas e a revitalização urbana são utilizadas em todas as partes de forma hegemônica e universal. Essa dialética sócioespacial moderna superposta à realidade socioeconômica amazônida causa distorção na funcionalidade original da orla. Em face disso, a orla fluvial de Belém, em decorrência das transformações ocorridas vem sendo submetida à intensa valorização do espaço urbano, que segundo Souza, (2002) assume um caráter "mercadófilo" para fins de ser comercializado e consumido pelas elites. Ou seja; as elites se apropriam da paisagem urbanizada como espaço de lazer e turismo como se fosse uma mercadoria de consumo.

Considerando uma espécie de sistema de classificação relacionada à gestão e planejamento urbano, Souza (2002) propõe em sua análise que esteticamente parece que o planejamento mercadófilo, por não ser essencialmente "físico-territorial", nem ser a pretensão de arquitetos e urbanistas, apresenta múltiplas influencias, dentre elas as que são valorizadas pelo mercado aos interesses do capital imobiliário e outros segmentos dominantes.

De acordo com essa perspectiva sua ideia central está voltada para a modernização da cidade, conciliando-se esteticamente ao pós-modernismo que segundo Trindade Jr. (2005) por um lado o envolvimento popular nesse planejamento urbano adere a formas pseudoparticipativas, reforçadas por uma atitude acrítica em face do mercado neoliberal.

> Inserida numa "perspectiva mercadófila" a ideia-força central está assentada na preocupação com a modernização da cidade, privilegiando, nesse contexto, grupos empresariais de certa maneira já consolidados no mercado. Tal modernização pode ser verificada no próprio modelo de intervenção urbana adotado na construção da Estação das docas em Belém, o waterfront, que consiste na revitalização de objetos espaciais degradados coma incorporação de determinados elementos naturais. (TRINDADE Jr. 2005, p.98)

Quando o autor faz referência ao waterfront, resgata a relação existente entre a cidade e as águas, conforme a tradição da

palavra inglesa, water (água) e front (frente). È válido ressaltar, porém que esse modelo de renovação urbana não é especificado como uma particularidade local e sim como mais uma forma de urbanismo para caracterizar as orlas fluviais e marítimas em diversas partes do mundo, que segundo mostra Marcondes apud Trindade Jr.(1999, p. 98).

> Constituem exemplos emblemáticos, embora com diferentes abordagens e níveis de complexidade distintos, os projetos de Inner Harbor em Baltimore, Boston Waterfront em Boston, South Street Seaport em Nova York, Ron Rijnmond em Rotterdam, Puerto Madero em Bueno Aires e Dacklands em Londres. (...)

Corrêa (1989) considera que para entender as transformações e as dinâmicas das relações no espaço da orla de Belém, o projeto denominado Orla da Estrada Nova ou Portal da Amazônia é necessário pensar a diversidade de intervenções de vários grupos citadinos, tais como: proprietários fundiários, rentistas, proprietários usuários de moradia, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos e o próprio Estado. Estas intervenções vão desencadear diferentes espacialidades e territorialidades.

As famílias que moravam no entorno da Avenida Bernardo Sayão "foram beneficiadas" e remanejadas para o conjunto habitacional Antônio Vinagre e, com isso, estão tendo melhores condições de saúde e lazer, ressaltou Sueli Pinheiro, através de entrevista com a coordenadora do PROMABEN. Essa qualidade de vida colocada pela coordenadora nesse novo espaço tem que ser discutida e problematizada.

Segundo Trindade Jr. (2005 p. 12) é importante considerar que a apropriação e uso coletivo da orla fluvial nas práticas de gestão possam ser considerados como elementos para uma melhor qualidade de vida, atentando para as funcionalidades da mesma e os impactos desses usos em relação às vias fluviais. Nesse sentido, pensar uma qualidade de vida para essa população que vive na beira-rio depende de múltiplos fatores que se misturam a valores urbanos e regionais enquanto sujeitos participantes de uma "tradição" comum dos moradores dos bairros periféricos

de Belém.

Tal problematização, é imprescindível que se compreenda a estrutura social desse período de mudanças realizadas pelo PROMABEN para que se entendam as transformações socioespaciais após ser criada e implantada para desempenhar o papel para o qual foi produzida. Segundo Trindade Jr. (1997 p.12-13):

> [...] as vantagens da relocalização se dão de dupla forma: através da expansão das atividades produtivas e das transações imobiliárias. Ambas contribuindo para o processo de acumulação capitalista. Como consequencia da mudança do uso do solo, substituindo as atividades precedentes, dá-se, adensamento e a concentração do comércio e de serviços, que sofrerão, posteriormente, nova alteração devido ao surgimento de sub-centros de comércio, de serviços, como parte das descentralizações, bem visível nas cidades que têm vivenciado o processo de metropolização.

Na concepção do autor, trazendo para a realidade dos moradores no entorno na Avenida Bernardo Sayão constata-se que ocorreu um padrão de segregação residencial em decorrência direta da descentralização espacial muito comum nos grandes centros urbanos. Assim a pretensa mudança social positiva segundo Souza (2003) não pode ser exercida somente pela máquina estatal, são necessárias que as entidades da sociedade civil, inclusive os moradores atingidos, sejam partes integrantes desse processo.

Além disso, Santos (2005) reforça essa mudança do uso do solo nas cidades capitalista quando menciona as cidades de reprodução ampliada dinamizadas pelas classes sociais. Na verdade o espaço urbano da orla da Estrada Nova, não é produzido de maneira uniforme, pois a dimensão social das políticas urbanas confere um caráter diferencial do espaço para a modernização ou para a segregação.

Nesse sentido, segundo Peixoto (2012), a produção e a organização do espaço urbano é também condição social, que expressa às características da sociedade que naquele lugar, e a cada momento, ali, reside, interage, sobrevive e constrói a sua história

de vida. A disposição das ruas, o comercio, os trapiches, as feiras improvisadas, as vendas de açaí, as funções urbanas, etc., a dialética da vida cotidiana, enfim, o modo como à sociedade se organiza constrói novas espacialidades garante sua dimensão social em contínuo dinamismo. Dentro desse dinamismo o projeto de macrodrenagem da forma como foi implementado garantiu a dignidade das famílias que moram em condições de extrema pobreza e insalubridade ao longo do canal na Avenida Bernardo Sayão e proximidades? Ou será que o referido projeto apenas vai revitalizar a paisagem para promover um novo ponto turístico para a cidade de Belém?

Considerando Trindade Jr. e Silva (2005), a particularidade do meio urbano demonstra:

> Cada uma das diferentes necessidades deve ser satisfeitas em um ou vários "domínios de uso e fruição": habitação, trabalho, circulação, diversão, consumo, eliminação de lixo/resíduos (correspondendo a uma adaptação crítica das famosas "funções básicas" consagradas pelo urbanismo modernista).

O Mesmo autor menciona ainda que somente com o amadurecimento crítico-político da coletividade e sobre a base de uma postura eticamente consciente conquistados ao longo do tempo por parte dos intelectuais e cientistas é possível minimizar as situações de riscos de manobrar a vontade coletiva, onde jamais será eliminada totalmente. No âmbito dessas discussões planejamento e gestão urbana são perspectivas importantes, cujo conteúdo e execução podem ser definido de modo eficaz e mesmo antagônico onde o Plano Diretor Urbano Municipal de Belém, disponível na Prefeitura Municipal de Belém, é uma lei municipal, de Nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993 que trata de um conjunto de definições para políticas setoriais e específicas para o desenvolvimento urbano e socioeconômico do município de Belém.

Segundo Peixoto (2012), pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, a proposta do Plano Diretor é garantir a melhoria da cidade, tê-la como um espaço de direitos, de lazer, saneamento básico, etc. Nesse sentido, foi criado um capítulo das cidades,

da política urbana na Constituição de 1988, a qual está inserida no conjunto de propostas do chamado Estatuto da Cidade. O referido Estatuto da Cidade aprovado pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, reúne normas relativas à ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental.

Um dos aspectos importantes da Constituição era a necessidade das cidades terem o seu Plano Diretor. Na verdade, o Plano Diretor apresentou uma ideologia de reforma urbana, com todas as vantagens dos empreendimentos dos equipamentos urbanos com ascensão social de emprego e renda da cidade, com participação popular, etc. Todo esse processo constitucional seria uma forma de compreender os direitos da função social e cidadã da cidade.

No bojo dessas intervenções Peixoto (2012) questiona sobre o papel do Estado e da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em relação ao Projeto Portal da Amazônia há que se enfatizar o jogo em que o solo urbano está envolvido, no processo de valorização do espaço da cidade sem que a maioria não conheça os detalhes do referido projeto. O desafio consiste em convocar os interessados e a camada popular para cobrar do atual discurso da política se está coerente com o Plano Diretor para garantia dos direitos a cidade. Para Peixoto (2012, p. 2):

> Não existe o projeto para ser lido, agora ele está completamente desfigurado. Existe um Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) em linguagem técnico não decodificado, muito volumoso e que não trás as informações necessárias, além de estar desatualizado: um documento totalmente ultrapassado.

O documento se encontra disponível na Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) localizada na Av. Governador José Malcher, 1622 – Nazaré sendo um órgão responsável pelo controle e fiscalização das construções, alinhamentos prediais, iluminação pública da cidade, e pelas posturas municipais, razão pela qual nela são exercidas as atividades referentes a projetos, execução e conservação de obras públicas; análise e legalização das obras em geral. De fato, as informações são muito precárias

e insuficientes.

A Prefeitura Municipal de Belém, segundo Peixoto (2012) não passa informações de quantos moradores estão morando no local, quantos serão remanejados e quantas famílias existem ao longo da Estada Nova. São muitas as indagações sem resposta. A sociedade fica restrita e com informações omissas do projeto.

1.2. Uso e apropriação do solo: Expansão territorial e degradação ambiental

Essa complexidade de uso e apropriação da orla da Estada Nova reflete uma gestão urbana forçada para promover a drenagem e o saneamento da área urbana que hoje abriga partes do bairro do Jurunas, Guamá e Condor, então caracteriza como uma bacia rural, com raras construções. Esta área conteve vários braços do rio Guamá que se ligava com o continente, além de ter abrigado comportas para doze igarapés, segundo informa o relatório do DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento (2008).

A caracterização do território, especificamente do solo urbano mostram-se mais vulneráveis na orla da cidade aos processos de mudança verificados na área em estudo. Essa dimensão do novo resulta, não raro, formas espaciais herdadas do passado desempenhando funções que não aquelas para os quais foram criadas.

Pois tais projetos foram elaborados sob uma postura coletiva de insatisfação dos moradores locais, devendo estes tão somente, ajustar-se ao plano preconcebido do PROMABEN e da prefeitura de Belém. No âmbito dos planejadores urbanos que subestimavam (e alguns ainda subestimam) o valor da participação popular da comunidade e julgavam-se dotados de mérito urbanístico e intelectual, para a implantação do projeto das supostas "cidades do futuro".

Nesse processo, são descartados fatores relacionados ao modo de vida, cultura, e as necessidades reais da população, além de não ser reservado lugar para a participação coletiva integral

nesses projetos. A Orla da Estrada Nova revitalizada está muito distante do que do Plano Diretor propõe, pois, o projeto da Sub Bacia 1 foi avançando ao longo dos anos de maneira incoerente, somados às políticas de intervenção do poder público, contrariando o Plano Diretor que prega a participação popular e o direito da população à cidade. Verifica-se, assim, uma gestão antidemocrática, que segundo Trindade Jr. (1997).

> [...] provocando efeitos direitos à estrutura econômica e sociocultural, impondo novos interesses econômicos e novos padrões culturais que afetam as funções atribuídas às formas existentes no interurbano, com alteração substancial no arranjo do espaço.

A partir da atuação do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), várias bacias de drenagens no Município de Belém tornaram-se objetos de intervenções. Como parte desse processo, como ocorreu o saneamento da área do Canal da Tamandaré, que representou o início do programa de construções de canais. Antes desse episódio, essa área já teria sido objeto de intervenções de menor porte na década de 60. Para Trindade Jr. (2005, p. 33)

> A construção desse dique proporcionou melhorias no aspecto do saneamento nas proximidades da orla, pois seu sistema de drenagem, comportas e canais de acumulação, ajudaram a combater a proliferação de insetos e de doenças, geradas através das águas estagnadas das áreas de baixadas.

Dessa forma, como ocorreu em outras cidades brasileiras, as ocupações intensivas da orla em Belém têm a tendência a se expandir para a criação de novas centralidades socioespaciais, sejam elas menores modernas e dinâmicas, em contraste com as formas espaciais antigas, desaparecidas ou que surgiram recentemente.

Considerando esse aspecto tem se verificado atualmente que a orla fluvial de Belém, pela sua posição geográfica privilegiada acaba implicando uma diversidade de intervenções urbanas que visam a "requalificação urbana e ambiental" realizadas pelo Estado e pela Prefeitura Municipal de Belém-PMB.

Essa nova organização do espaço urbano segundo Amaral (2005), estão sendo implementado por um megaprojeto para a orla da cidade, as chamadas "Janelas Para o Rio", que se caracteriza em construir uma nova paisagem dinamizada e moderna para a cidade através do resgate da paisagem dos rios e desenvolver uma requalificação, ou seja, o enobrecimento urbano deste espaço que foram ocupados de forma desordenada, transformando em espaço de cultura, lazer e turismo. Dentro dessas intervenções urbanas temos o Complexo Estação das Docas, o Núcleo Histórico-Cultural Feliz Lusitânia, o Complexo Ver-o--Peso, o Projeto Ver-o-Rio e atualmente o Portal da Amazônia.

Como pode ser verificada segundo Trindade Jr. (2005) a construção do dique da Estrada Nova proporcionou melhorias no aspecto de saneamento urbano e sistema de drenagem onde o processo de ocupação dessa via urbana teve o mesmo destino das áreas de baixadas, quanto à falta de planejamento e fiscalização oficial.

No entanto, as mudanças de alteração e de gentrificação do espaço beira-rio ocasiona problemas de assoreamento na baía do Guajará como também impactam os ecossistemas naturais que abriga importantes elementos naturais para a reprodução de várias espécies, pois, continuam sendo parte de manutenção dos mecanismos de funcionamento dos ecossistemas aquáticos onde se implantaram. Tais ecossistemas, em particular, cumprem funções vitais para a manutenção da fauna podendo ser considerado o berçário de diversas espécies, além de estabilizadores de processos erosivos e deposicionais.

Em decorrência da orla de Belém viver sob forte incremento infraestrutural pela veloz ocupação e adensamento de localidades não preservadas ocasionadas pela ocupação desordenada e deficiência de saneamento, podendo causar danos irreparáveis ao ambiente e população local. Nesse sentido o estuário Amazônico, que é compreendido para indicar a região interior de um ambiente costeiro, onde ocorre o encontro das águas fluviais com as do mar está sendo cada vez mais degradado segundo Miranda

et al. Knox (2002).

São muitos os fatores que contribuem para a degradação desse estuário a exemplo do aumento da população em seu entorno e a intensa atividade antropogênica que interferem na qualidade da água e as comunidades que fazem uso dele. As principais fontes de poluição segundo Kennish (apud VIANA, 2006, p. 23-24) e Miranda et al (apud VIANA ,2006, p. 23-24) estão relacionadas com:

> I) organismos patogênicos, matéria orgânica e nutriente em excesso causada por despejos municipais (domésticos e industrial); II) pesticida e herbicidas como resultado da agricultura; III) metais pesados, óleo e substancias tóxicas, que são resíduos de indústrias, portos, marinas e navegação; IV) calor, causado pelas usinas de eletricidade; V) grande quantidade de sedimentos, provenientes de rios associados com desmatamento das florestas, agricultura, pavimentação, construção e obras portuárias.

O quadro crítico que intensifica esse processo é o lançamento de esgoto, sem tratamento nas águas da Baia do Guajará, a descaracterização do modo de vida tradicional ribeirinho e pescadores, o que aumenta os riscos de degradação do meio ambiente. Dessa forma, os programas estabelecidos pelo PROMABEN e pela Prefeitura Municipal de Belém não correspondem adequadamente ao ordenamento territorial e o disciplinamento do solo. Enquanto a intervenção socioespacial referenciada pela cultura, sua interligação é realizada pelo turista por meio de sua interação no espaço. Segundo Corrêa, (1995 p. 35) as práticas espaciais são um conjunto de ações através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e referidas às formas e as interações espaciais.

Essas intervenções espacialmente localizadas impactam diretamente sobre o espaço. Assim, as práticas urbanísticas da orla de Belém, seriam então estruturantes, da produção material e tenrificada de um território multifuncional. As demandas da população local quanto ao processo de deterioração ou degradação de seu ecossistema e área portuária, não parece ter sido considerada fato que culmina violentamente na subutilização in-

devida da intervenção urbana.
Ao mesmo tempo em que prega a valorização da orla de Belém, o projeto dá as costas aos aspectos culturais consolidados. (VARGAS; CASTILHO, 2005, p.268).

Sente-se, portanto, a necessidade de consolidação para que os projetos de intervenções se modifiquem em empreendimentos sustentáveis, capazes de promover a sinergia urbana desejada, é essencial que se realizem estudos de viabilidade anteriores à elaboração e a implementação dos projetos destinados a aperfeiçoar a economia urbana segundo os autores. (VARGAS E CASTILHO, 2005, p.272-273).

Nesse sentido o planejamento urbano e turístico pelos gestores e pelo Estado deveria ter uma gestão do território e do ambiente com competência política e governança com ênfase na inseparabilidade do planejamento urbano e regional. Incluindo a identidade dos cidadãos amazônicos e sua integração em relação ao patrimônio ambiental e urbano.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORLA FLUVIAL DA AVENIDA BERNARDO SAYÃO DE BELÉM

Considerando a realidade regional de Belém apresentando uma riqueza de ecossistema hidrográfico com a presença significativa dos rios, quanto pequenos cursos de água (lagos, paranás, furos e igarapés) exercem influência na forma de vida das populações humanas que vivem nas proximidades de beira de rios e igarapés.

A dinâmica do desenvolvimento urbano associado à apropriação privada de grande parte da orla fluvial de Belém deve-se a apropriação das zonas periféricas marginais ao rio Guamá, à baia do Guajará e, mais recentemente ao furo do Maguari através da ação do poder público, infraestrutura urbana turística, obras de macrodrenagem, aterramentos e retificação e impermeabilização de canais e igarapés.

Existem vários projetos de intervenção sobre a cidade de Belém e estão articuladas à produção de políticas urbanas seme-

lhantes em outros locais, de acordo com suas especificações. No caso do projeto urbano implementado pelo poder público ocorre à capitalização sobre os atributos naturais (os rios, a vegetação, a fauna) da região, dando valorização aos espaços outrora desvalorizados, pois estas concepções de intervenção voltam-se ao mercado imobiliário e turístico.

Os discursos das novas gestões urbanas, materializadas pela escassez de recursos financeiros e pelos impactos de crise, sofrem mudanças onde esse espaço passa a ser de controle de outro público alvo, pertencente à elite local. Essa dinâmica urbana, em certos casos não importa nem a divergência ideológica, diante das restrições, os governos locais aderem, de forma estranha e imediata, ao modelo do empresariamento urbano considerando Harvey, (1996) com maior ou menor intensidade.

Há de se considerar que a denominação de orla fluvial, diz respeito basicamente às faixas de contato imediato da cidade com a baia do Guajará e com o rio Guamá, destacadamente devido à maior importância que esses cursos fluviais representam para a cidade. Seria incoerente no contexto geográfico, chamar de orla para outras beiras, bordas, margens de corpos de água, se considerando rios de maiores dimensões, seja considerando os igarapés, que, no caso de Belém, recortam a cidade em praticamente toda a sua extensão.

Segundo Harvey (1996), o empresariamento urbano se caracterizaria, principalmente, pela articulação público-privada, tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico para gerar qualidade de vida dos citadinos.

Para Trindade Jr. (1997) considera que a orla da baia do Guajará e do rio Guamá apresentam algumas peculiaridades, seja pela largura do próprio rio, que repercute numa outra configuração da paisagem e, portanto, de suas espacialidades como componente da paisagem urbana, seja pelos fluxos que são bem mais intensos quando comparados àqueles dos numerosos igarapés

que recortam a cidade. Essas modificações no sítio intra-urbano resultam na produção de uma nova morfologia para a cidade.

Nesse sentido, a Belém metropolitana e a Belém da orla fluvial acabam por se distanciarem. A orla fluvial da bacia da Estrada Nova de Belém passa a ser submetida a novos padrões urbanísticos, articulados a uma prática de planejamento urbano e de gestão da cidade, representado para uma nova forma de política urbana, considerado a sua potencialidade de sociabilidade espacialmente configurada.

Entretanto, tais conhecimentos das estruturas ligadas às formas de planejamento e gestão e ao poder de decisão tanto municipal com estadual precisam estar ao alcance desses agentes, seja do ponto de vista político, técnico, imobiliário. Existe na verdade uma interação rural-urbano que se identifica na geografia regional uma particularidade da metrópole amazônica onde ocorre a chamada sociobiodiversidade (comércio de frutos, verduras, ervas, óleos, resinas, plantas, pescado, mariscos e outros produtos regionais), onde se destaca a importância dos portos na Estrada Nova para a entrada de produtos no mercado local.

A dinâmica da orla da Estrada Nova tem toda uma lógica popular e típica da sociedade regional amazônica que deve ser respeitada e valorizada. Segundo Trindade Jr. (2005) existe a possibilidade de pensar a cidade, associada ao reconhecimento dos conflitos de interesses de agentes e de suas redes de articulação, podendo redirecionar a natureza das intervenções urbanas na orla fluvial de Belém tornando esse espaço uma condição para a permanência da cidadania. Esse aspecto é contrário à lógica da configuração espacial que tem marcado tradicionalmente a frente da cidade e uma das mais relevantes perspectivas de paisagem regional.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a sociedade capitalista espacialmente organizada por meio de um sistema de objetos, de ações e fluxos, a partir de uma referência antropogênica, qual seja, a orla fluvial de Belém está em constante mudança espacial. Nesse contexto, a produção e a organização do espaço urbano se apresentam como expressão mais imediata da intera-

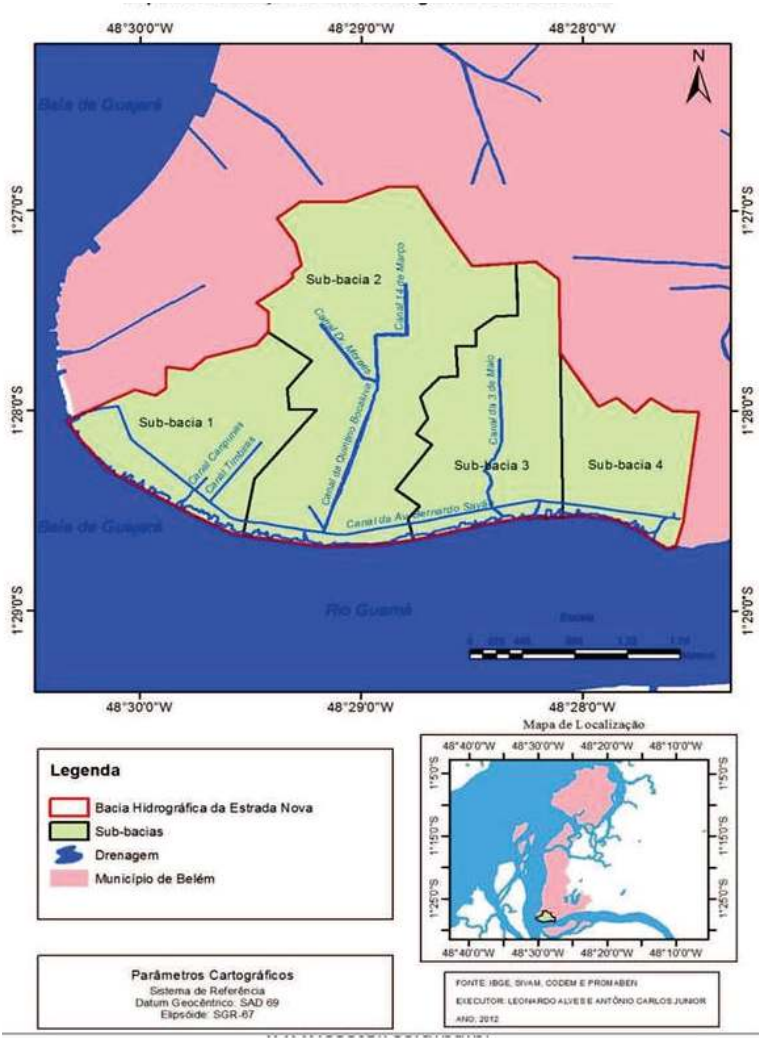
ção da metrópole com o estuário das águas da baia do Guajará.

As drenagens regulares e o controle das inundações provocadas pelas oscilações de marés que influencia a dinâmica do Rio Guamá possibilitaram, enfim, a ocupação de uma vasta área intra-urbana ao sul da cidade e, também da orla do Guamá; que segundo Trindade Jr. (2005) onde antes predominavam a vegetação de igapó e onde se constituíram quatro bairros de Belém: Jurunas, Condor, Universitário e Guamá. Este último sendo um dos mais populosos de Belém.

Nesse sentido, a revitalização da Avenida Bernardo Sayão compreende esses bairros citados anteriormente, onde o Sistema Metropolitano de Transporte Urbano de Belém classifica essa avenida como um tronco viário, por ser uma via relevante e indispensável para o tráfego entre os bairros da zona sul de Belém, além de promover a interconexão destes com outras áreas intra e inter-urbanas que segundo Trindade Jr. (2005) a sua localização paralela ao rio Guamá, permite a saída por meio de transporte rodo-fluvial.

A orla da Estrada Nova, segundo mapa abaixo se apresenta modificada em virtude das dinâmicas dos numerosos cursos de água que cortam a cidade tem sido reduzida, quando não assoreadas ou mesmo aterrada com a implantação da infraestrutura pública do PROMABEN. A incompetência do poder púbico e do Estado contraria as condições naturais do sítio urbano de Belém, substituindo igarapés por ruas e canais revestidos é agravado pelo crescimento imobiliário sem qualquer controle, regido apenas pelo lucro desmedido. Se não bastasse isso, as margens da baía do Guajará se concentram substancias contaminadas que acabam superando os limites determinantes, perdendo com o tempo sua capacidade de diluição.

Mapa 1: Localização da Bacia Hidrográfica da Estada Nova



Fonte; IBGE, SIVAN, Ano de 2012.

A região metropolitana de Belém é composta por várias bacias hidrográficas onde atualmente, o poder público, tanto na esfera municipal como estadual, glorificam-se por projetos de revitalização e recuperação de alguns segmentos da extensa orla de

Belém.

No entanto, não existe uma preocupação em controlar a ocupação verticalizada nas áreas de baixada e nas orlas fluviais recuperando a capacidade de ver e utilizar a orla do rio Guamá e baía do Guajará pelo cidadão, no resgate simbólico das origens ribeirinhas de Belém.

Considerando os rios da Amazônia, são sem dúvida, os principais elementos formadores da realidade socioeconômica de nosso estado, com os quais a população ao longo dos tempos criou uma interação simbólica e funcional inserido no contexto de lazer, meio de transporte, e meio de atividades econômicas. Segundo Martins, 2000 são nessa abordagem que os planos plurianuais vão dispor de intervenções urbanísticas na tentativa de resgatar o contato entre a cidade e o rio; e o objetivo central dessas ações é promover espaços públicos na orla.

A bacia hidrográfica da Estrada Nova, atual Avenida Bernardo Sayão segundo Lima e Zakia apud Rodrigues e Leitão Filho (2000) para evitar dúvidas no conceito geomorfológico de bacia propõe uma abordagem sistêmica, onde as bacias são sistemas abertos, recebedores de uma carga de energia por meio de agentes químicos e perdem energia através do deflúvio, ou seja, "volume total de água que passa, em determinado período, pela secção transversal de um curso d'água". Ex. deflúvio anual, mensal, semanal, diário, etc.

O deflúvio é expresso em m de altura de água sobre a bacia correspondente. O deflúvio anual define desta a forma, a expressão "produção de água" ou "rendimento de água" de uma bacia hidrográfica. A Bacia hidrográfica é delimitada a partir de seus divisores de água, os quais lhes dão sua característica própria, o que nos possibilita interpretá-la como uma unidade de gestão e planejamento urbano.

Vale ressaltar que a capital paraense está localizada numa região de águas, a do estuário do Pará, caracterizado por Ab`Saber (2001) como um contínuo estuarino que inclui diversos canais fluviais de grande importância para a circulação regional de pessoas e mercadorias, bem como para a conformação do mosaico

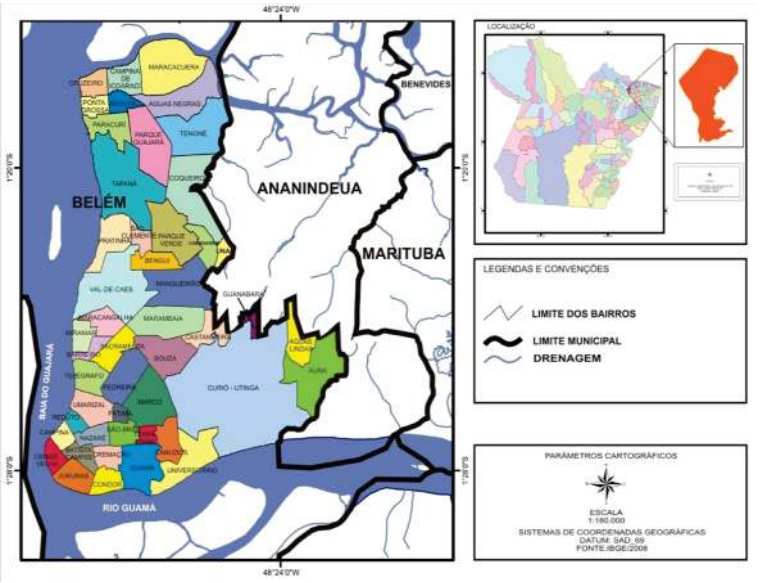
de paisagens da área, hoje muito modificado em virtude das dinâmicas que se dão a partir do espaço urbano, daí o uso corrente do termo "fluvial" para a orla de Belém, não obstante o fato destes canais serem por vezes ligeiramente salinizados e sofrerem influencia de correntes de maré, esclarece este mesmo autor.

Segundo Rocha apud Vasconcellos (2009 p. 19) não há como conceber uma política de gestão urbana e de políticas públicas que não leve em conta os ecossistemas e a geomorfologia natural das cidades da Amazônia, a exemplo de Belém.

> Em cidades da Amazônia, por exemplo, não há como conceber uma política de gestão de transporte que não leve em consideração suas características naturais em que os rios e os igarapés são vias de mobilidade e acesso da população (...). Não há como pensar uma política de urbanização e habitação se as características demográficas não forem levadas em consideração. Rocha apud Vasconcellos (2009, p. 19)

Na realidade considerando a orla fluvial da Estrada Nova sob uma politica de gestão há possibilidade de pensar a cidade, associada ao reconhecimento das condições naturais, portuárias e hidrográficas deve estar também integrada a amenizar os conflitos e interesses de vários atores sociais e de suas redes de articulação, no sentido de redirecionar a natureza das intervenções urbanas na orla da Av. Bernardo Sayão (TRINDADE JUNIOR, 1997). Deve-se organizar e revitalizar o referido espaço na consolidação da cidadania que tem sido considerada tradicionalmente a frente da cidade a uma das mais importantes expressões da paisagem regional. Observe o mapa abaixo da região metropolitana de Belém-RMB, destacando os limites dos bairros e municípios e a rede de drenagem onde os gestores têm que ter certo conhecimento para planejar o ordenamento do território continental e insular e a gestão desse importante recurso natural.

Mapa 2: Região Metropolitana de Belém-RMB



Fonte: IBGE, 2008

A orla fluvial de Belém deveria ser um elemento da paisagem natural adaptado para a vida social, além de não bloquear os ventos da baia guajarina, fazendo o ajuste da temperatura e minimizando os efeitos da umidade combinada com o calor. Ao longo de décadas não foi feito o uso racional dos recursos hídricos na região metropolitana de Belém-RMB que poderia trazer benefícios à população podendo gerar novos investimentos em diferentes setores da economia paraense com consequente desenvolvimento urbano e industrial da região Norte. È importante considerar que a expansão industrial no Pará é diretamente proporcional à qualidade e a segurança dos cursos de água da região minimizado os impactos socioambientais.

3 A DINÂMICA DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA ORLA FLUVIAL SUL DE BELÉM

Nesse sentido, a definição do uso do solo na cidade de Belém depende do conflito entre o valor de uso e o valor de troca. A realização do uso do solo na esfera da troca corresponde imediatamente à esfera do mercado, visto que, como produto capitalista, só se realiza a partir do processo de apropriação via propriedade privada (CARLOS, 1994) que se dá através do pagamento de tributos e se expressa, da mesma forma, da obtenção de rendas a partir das vantagens e possibilidades que o espaço urbano apresenta.

Compreende-se que ao considerar o espaço urbano como realidade concreta, tornando-se palco de conflitos específicos entre valor de uso e de valor de troca, entre a mobilização da riqueza e o investimento improdutivo na cidade (aquele onde a riqueza não é mobilizada diretamente para a obtenção do lucro), entre a acumulação do capital e a sua dilapidação nos gastos desnecessários sinônimo do encontro, do subjetivo e do prestígio, não mediados em sua essência pelo dinheiro, conforme afirma Lefebvre (2001).

Surgem os limites da interpretação do uso do solo tão somente enquanto mercadoria. Percebe-se que a produção do espaço regional, especificamente na orla de Belém é produto da realidade econômica e política regional e suas influencias pelos diversos agentes sociais que extrapolam a escala local incorporando escalas mais amplas e distantes da dinâmica regional e até mesmo local formando um mosaico de paisagem em virtudes das dinâmicas que se dão partir do espaço urbano. Tal dinâmica sócio espacial segundo Trindade Jr. (2005) influenciou a orla fluvial de Belém "viradas de cotas para o rio" tendo como significado a usurpação do bem público pelos interesses econômicos privados cuja própria legislação fortalece a legitimação por meio de regras e normas específicas de regulação.

A lógica de reprodução do capital em sua dimensão de lucro considera a espacialização do uso do solo voltada para a comercialização de construções destinada as camadas de alto poder aquisitivo da cidade tendo como consequência em não contribuir para a melhoria das condições habitacionais da maioria dos citadinos.

Ocorre na verdade uma relação de disputa pela apropriação do espaço da orla fluvial, onde a cidade parece estar relacionada com uma mercadoria no bojo das relações econômicas e da realização do valor de troca. Para se compreender como esse processo acontece segundo Becker (1990) inicia-se ainda no séc. XIX e avança as primeiras décadas do século XX passando a predominar enquanto padrão hegemônico de uso do solo a partir dos anos 60, dentro do contexto de integração da Amazônia às redes do capital globalizado e ao circuito nacional de preços onde Belém passa a conquistar a posição geopolítica de centro regional revitalizado. Presencia-se atualmente em nossa cidade é a disseminação de uma estrutura verticalizada atrelada aos interesses econômicos locais, nacionais e globais.

As transformações da cidade não existem de forma isolada, ela é resultado de investimentos de capital, aporte de tecnologia, de novos negócios, de grandes corporações com estabelecimento de políticas nacionais e locais para mudar a legislação urbanística municipal. Com isso, existe uma ideologia decisiva na liberação, com a aprovação do poder público, de áreas privilegiadas da cidade para a especulação imobiliária. O capital, com autorização do Plano Diretor e das prefeituras investe em grandes empreendimentos que poderão a vir a construir ilhas de bem-estar e consumo moderno nas proximidades da orla fluvial de Belém. É certo que a economia e os empreendimentos imobiliários comercializam a nossa paisagem fluvial, a nossa brisa e todos os aspectos de nossos recursos naturais.

A produção social do espaço ao longo da Estrada Nova obedeceu à lógica do paradigma metropolitano, dinamizando diversas manifestações espaciais de produção, de circulação, de transporte e de consumo voltadas para atender determinados

grupos privilegiados. Nesse sentindo, as intervenções públicas acabam valorizando a reorganização do espaço de tal forma que expropria a camada popular mais pobre das antigas áreas portuárias.

Assim, essas camadas excluídas formam uma grande massa em via de ocupação de terrenos públicos e privados, onde cada vez mais as práticas sociais estão dimensionadas por contextos espaciais complexos carentes de equipamentos urbanos que atendam as necessidades dos citadinos. Isso explica à configuração do espaço urbano de Belém, em destaque a orla da Estrada Nova que sofreu várias fragmentações territoriais pela dinâmica de forças produzidas pelos agentes locais, sejam eles, moradores, vendedores, barqueiros, feirantes, etc. permitindo uma ocupação intensa e desordenada.

Um bom exemplo disso segundo Peixoto (2012) são os portos do Açai e da Palha que surgiram na forma de trapiches de uso público e passaram a representar portas de entrada para mercadorias e passageiros oriundos das ilhas e interiores. Infelizmente os portos da Palha e do Açai foram atingidos pelo projeto Portal da Amazônia, modificando as relações sociais, culturais dos trabalhadores daqueles portos em relação à intervenção urbanística que previu a sua retirada e remanejamento. Todo esse processo gera conflitos que implica nas intervenções socioeconômicas e para um contingente populacional considerável da Belém Continental e da Belém Insular.

As preocupações sócio econômicas relativas à orla fluvial da Estrada Nova segundo Trindade Jr. (2005) recaem não apenas sobre o patrimônio cultural, como ainda sobre sua fragilidade geomorfológica e sobre sua sobrecarga de infraestrutura urbana. Por esses motivos a orla fluvial foi definida como uma Área de Diretrizes Especiais e ganhou parâmetros urbanísticos diferenciados de outras parcelas da cidade. Entretanto, a violação aos códigos do urbanismo parece ser uma realidade nas cidades brasileiras, pois, em julho de 2010, leis foram alteradas especialmente para permitir a implantação de empreendimentos e atividades que viessem a atender às demandas de diversos seguimentos das incorporações capitalistas.

4. A CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM BELÉM

Analisar a presença de instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano no âmbito das intervenções públicas na cidade de Belém possibilita avaliar a viabilidade dos mesmos no momento da gestão urbana. Nesse sentido, quando se pretende realizar um estudo de uma determinada área de um território urbano pode servir menos como um caminho para constatar a eficácia de políticas setoriais, além de poder analisar as diretrizes dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento que seriam úteis para a sua orientação foram empregadas e, em caso afirmativo, deve-se avaliar de que maneira passaram a influenciar para a construção de uma nova espacialidade urbana.

Todos esses aspectos de instrumento de planejamento e de desenvolvimento analisados neste artigo serão relevantes para o uso, o controle e orçamento do espaço urbano de Belém. Esses instrumentos vão estar inseridos em leis, planos, programas e projetos urbanísticos. Os mesmos serão trabalhados tão somente no que exemplifica as diretrizes para o uso, controle e gestão da orla fluvial da cidade de Belém.

Examinemos atentamente ao primeiro instrumento a ser analisado: o Plano Diretor Urbano de Belém, que corresponde a Lei Nº 7.603 de 13 de Janeiro de 1993. A referida Lei constitui um instrumento indispensável para o exercício de uma política de planejamento e desenvolvimento urbano no cumprimento da função social da cidade e da propriedade imobiliária de fins urbanos, de acordo com o previsto no Estatuto da Cidade. Busca garantir também o bem-estar individual e coletivos de seus habitantes.

O Estatuto é a expressão legal da política pública urbano-ambiental, que interage com os diversos agentes que constroem a cidade, orientando e integrando a ação dos agentes públicos municipais, metropolitanos, estaduais e federais e os privados na produção, apropriação, consumo e gestão da cidade de Belém. No referido Plano Diretor Urbano de Belém (1993) são destacados alguns objetivos específicos relacionados à orla de Belém. São eles:

> Resgatar e valorizar a fisionomia e a visualização dos elementos peculiares da cidade de Belém, como o rio, a baía, os igarapés, as mangueiras e a paisagem construída, especialmente os elementos representativos do patrimônio histórico-cultural; enfatizar a recuperação da capacidade de ver e utilizar a orla do rio Guamá e da baía do Guajará pelo cidadão, resgatando simbolicamente, as origens ribeirinhas de Belém; regatar áreas da orla fluvial de Belém para uso coletivo, com ampliação de "janelas" para o rio Guamá e para a baía do Guajará; controlar a ocupação verticaliza nas áreas de baixadas e nas orlas fluviais especialmente nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua.

Considerando essa lógica de planejamento urbano pelo Plano Diretor Urbano de Belém (1993) é significativo repensar, segundo Trindade Jr. (2005) uma organização espacial urbana obedecendo às formas geográficas da verdadeira identidade da cidade e seus conteúdos a partir dos quais fossem criados e ampliados espaços públicos e de uso coletivo e que os cidadãos não fossem submetidos a usuários alienados desses serviços e equipamentos urbanos. È necessário reconhecer a relação da cidade com os cidadãos que moram nela, verificando se é possível estabelecer um vínculo de sustentabilidade, criando-se uma cultura de valorização coletiva desses espaços regionais, em substituição ao sentido da propriedade individual e privada.

Além disso, segundo Trindade Jr.(2005) é fundamental a participação popular nos programas de reestruturação da orla fluvial de elém, valorizando a fisionomia da cidade com a reintegração da orla do rio ao convívio coletivo, estimulando o uso para as atividades de cultura, lazer, tráfego e transporte, com garantia e qualidade ambiental.

O Estatuto da Cidade que institui uma política urbana precisa reconhecer e avaliar as necessidades urbanas e também estabelecer os limites para a vida em sociedade, considerando que a mesma está em constante transformação, cada vez mais dinâmica, globalizada e com projeções de escassez de recursos naturais. Na verdade quando a cidade de Belém se projeta urbanisticamente para se tornar um atrativo turístico com a intenção de

promovê-la para atrair consumidores que vão contemplar o rio na baía do Guajará. Segundo Trindade Jr. (2005, p.93) a cidade deixa de ser produzida e planejada para atender quem nela habita para ser tornar uma verdadeira mercadoria urbana para quem vem de fora, muitas vezes para visitá-la ou consumi-la. Segundo o referido autor. "Perde assim, sua condição de cidade concreta para se tornar uma cidade abstrata" segundo o referido autor.

Essa concepção de cidade revitalizada está relacionada à gestão estratégica de cidade, que é discutida por Sànchez (1997) ao denominar na concepção da gestão urbana de marketing urbano ou cidade espetáculo. A autora procura demonstrar a importância que passa a ter a gestão das cidades voltadas para o marketing urbano o que exige das práticas de gestão a prioridade coma construção de uma determinada imagem (logomarca) para a cidade, para promovê-la como algo atrativo a ser consumido.

Tais fatores estão relacionados segundo Trindade Jr.(2005 p.99) com o regate do rio como elemento simbólico que representa a cultura local. A cidade que ao longo da história, cresceu de "costas" para o rio, hoje busca resgatar esse importante recurso natural através das políticas de intervenções urbanas.

Quanto à política de revitalização proposta pelo PROMABEN no RIMA- Relatório de Impacto Ambiental prevê impactos socioambientais positivos e negativos sobre os moradores da orla e o reordenamento sócio espacial realizado pela Prefeitura Municipal de Belém com a retirada de residências as proximidades do rio Guamá, os quais serão resolvidos por meio de medidas compensatórias diante de novas edificações que serão erguidas na margem direita do Guamá.

5. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Apesar dos avanços das conferencias mundiais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento da sustentabilidade fortalecido pelas pressões dos movimentos sociais pela manutenção dos recursos naturais em escala mundial, ainda vivemos uma crise

de valores, ideologias e paradigmas na busca dessa sustentabilidade. Assim entendemos, no âmbito das cidades que essa crise está entronizada no planejamento urbano das cidades, em espacial no contexto da elaboração dos planos diretores, respaldados constitucionalmente no Brasil. Esta importante consideração no âmbito da política urbana e das ações públicas na maior parte dos municípios ainda não utiliza instrumentos de gestão urbana e ambiental para aprimorar seu planejamento.

As políticas públicas para a sustentabilidade urbana estão distante de implementar efetivamente resultados para atender as necessidades e demandas econômicas e sociais da população em uma dinâmica sustentável entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, até mesmo as capitais estaduais que vivem num contexto de graves problemas socioambientais e em crise de sustentabilidade consideram as questões socioambientais e urbanas estratégias nos seus planos diretores, por meio de avaliações dos impactos sofridos, por meio de diagnósticos com a participação da sociedade civil, visando a sustentabilidade futura da cidade.

Seja como for, nas suas particularidades de dificuldades dos municípios na aplicação dos instrumentos de gestão ambiental no planejamento urbano têm contribuído para uma situação em que uma minoria dos planos diretores é elaborada contendo diretrizes coerentes com a cidade sustentável que pretende ter. Até mesmo nos municípios onde já existe a aplicação dos instrumentos urbanísticos a partir de escolhas políticas urbanas na busca da sustentabilidade, ainda se deparam com conflitos durante a aprovação e execução desses instrumentos, pressupondo os riscos destes provocarem novo impacto ambientais nos seus municípios.

A partir dos espaços construídos de uso e ocupação do solo em Belém, dentro da lógica voltada para a produção e o consumismo fortalece um espaço metropolitano moderno contrário a lógica regional ribeirinha e da própria identidade da cidade de Belém. A cidade moderna que incorporou essa requalificação urbana agravou-se os indicadores de qualidade ambiental urbana onde o espaço passou a produzir para o consumo, alterando-se as

regras em favor do seu uso natural. A cidade se aproxima de um produto valorizado no mercado com determinado valor de troca.

Esse fato ocorre de forma conflituosa entre a realidade regional e a realidade do mercado, onde podemos considerar a organização do espaço e sua produção interagindo nas relações sociais urbanas onde o espaço real historicamente construído conflita com o espaço urbanizado tecnificado. Nesse sentido, a cidade representa um emaranhado de diferenças, da pluralidade de valores, cultura e maneiras de viver o urbano. Fica claro que cidade internaliza contradições sociais, econômicas e culturais.

Partindo desse entendimento, surgem as contestações dos ambientalistas, em defesa da orla, da biosfera, dos ecossistemas da cidade de Belém, bem como da ação dos órgãos ambientais, municipais e do Ministério do Meio Ambiente, para que os planos diretores considerem a capacidade de reverter os impactos ambientais e a preservação do ambiente.

Os compromissos a âmbito nacional e mundial para consagrar o paradigma d sustentabilidade reconheceu a importância de confrontar os problemas ambientais definindo nos debates no Congresso Nacional uma reforma urbana consolidando dia 10 de Julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades propondo novas condições para que os municípios enfrentem os problemas relacionados à sustentabilidade urbana.

Tal sustentabilidade, tão almejada como um modelo de cidade precisa segundo Vasconcellos, Rocha, Ladislau (2009, p.15) reconhecer a necessidade de adaptação humana a um novo padrão de escolhas e de comportamento. È necessário constatar como a conduta das coletividades está interagindo impactando o solo, os rios, a vegetação, o clima, etc. num amplo contexto sócio econômico e natural que integram uma cidade.

> A cidade deve funcionar como um sistema integrado, ela requer uma estrutura em forma de gestão, governança, comércio, cultura, educação e comunicação que facilitem a interação entre os diversos atores sociais que a compõem. Tal estrutura é que vai intermediar a interação das pessoas com os ambientes que a conformam." Vasconcellos, Rocha, Ladislau (2009, p.15)

Nessa definição de cidade integrada colocada pelos autores, depende por sua vez, de ações integradas no âmbito das políticas públicas como a responsável prioritariamente em promover mudanças urbanas sustentáveis. Para alcançar essa estrutura integrada é importante considerar segundo os autores a relevância das políticas educacionais, sendo capazes de influenciar o comportamento dos cidadãos e as escolhas coerentes dos seus habitantes. Para alcançar a sustentabilidade urbana pressupõe necessariamente implementar escolhas políticas coerentes que os gestores das cidades assumem.

Cabe analisar, então que a organização sócioespacial de Belém é organizada pela dinâmica dos atores sociais que fazem as escolhas políticas e de outro lado os atores políticos que executam projetos urbanos, por meio de legislações e políticas públicas. È nesse contexto que as ações do Estado e dos governos citadinos têm a responsabilidade política e de gestão para promover a sustentabilidade urbana de Belém. Isso pressupõe que são no âmbito político que se definem os caminhos e as condições da sustentabilidade urbana pretendida.

O desafio da sustentabilidade das políticas públicas em Belém além dessas considerações expostas neste artigo deve objetivar a maior interação social e participativa entre as diversas coletividades existentes, independente de classe social. Com isso, deve-se eliminar toda ideologia etnocêntrica onde a expropriação dos grupos sociais mais pobres, das áreas impactadas, deve ser repensada quando forem remanejadas e vítimas da especulação imobiliária. Nessa teia de relações sociais urbanas, os conflitos são inevitáveis para implantar um modelo de cidades sustentáveis.

No caso das cidades amazônicas, que se encontra no conjunto de cidades em desenvolvimento, segundo Vasconcellos, Rocha, Ladislau (2009, p.17) é importante fazer a conciliação entre os horizontes de longo e curto prazo priorizando o atendimento imediato das necessidades econômicas e sociais em nível local, preocupando-se com as populações futuras e também as cidades que se encontram em nível local. Deve-se preocupar,

também, com os efeitos e as consequências impactantes no sentido de amenizar ou conter o seu avanço a exemplo das ilhas de calor, geração de resíduos, uso indiscriminado de energia não renovável.

Tudo faz arte e uma excelente governança quando as normas e as práticas sociais empoderam e encorajam as pessoas comuns a ter responsabilidade e ética sobre o desenvolvimento do seu próprio espaço sem violar os direitos aceitos das diversas coletividades. Vasconcellos, Vasconcellos e Souza (2009, p.18). Nesta lógica as diretrizes de governança participativa estão holisticamente interdependentes em termos de participação, responsabilização, eficácia, resolução de conflitos e coerência das políticas públicas para consolidar práticas democráticas para o futuro das cidades.

Quando se busca um modelo político de cidade sustentável, os gestores das cidades assumem um papel fundamental com a participação da sociedade civil, sob uma perspectiva da governança. No entanto não é tarefa fácil incorporar essa discussão no desenvolvimento urbano para o alcance de uma boa governança.

Vasconcellos, Vasconcellos e Souza (2009, p.18) defendem a ideia que embora existam experiências dos instrumentos de governança urbana em algumas cidades brasileiras, porém, a governança participativa ainda precisa amadurecer, uma vez que sérias limitações estruturais ainda dificultam o entendimento coerente por parte dos gestores e aqueles que pretendem realizar no futuro.

Os conflitos vão surgir de diversas ordens, entre os vários atores sociais e as coletividades o que acaba fragmentando e ocorrendo descontinuidades no bojo da governança. Nesse sentido, a questão primordial não está no conflito e segundo os autores está na exposição dos diversos conflitos e na busca de um consenso mínimo entre os atores sociais urbanos para (re) construção de um ideal de cidade sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Orla fluvial de Belém é resultado de questionamentos e de lutas contra a pressão de vários grupos sociais segundo os seus interesses na organização e produção do espaço urbano na região. Admirada não só pelos moradores paraenses, mas também pelos turístas, que a consideram o principal cartão postal da cidade, pela exuberante biodiversidade regional e rica oportunidade de cultura, lazer e gastronômia.

O Projeto da Bacia da Estrada Nova- PROMABEM, ainda que demonstre uma relevante obra de requalificação urbana, pode ser considerada segundo Trindade Jr. como excludente e impactante, foi projetada também para a desordem sócia espacial da população tradicional ribeirinha e modificando a sua funcionalidade original.

A cidade de Belém está passando por significativas mudanças socioespaciais e turísticas. Tais iniciativas por parte da política urbana e da Prefeitura Municipal de Belém com a intensão de recuperar a orla fluvial. Fundamentada nesse discurso político de valorização da paisagem e da cultura ribeirinha resulta na perspectiva de Milton Santos (1998) na imposição de uma "culturalização e tecnificação da natureza" resultado da renovação urbana segundo os padrões espaciais modernos.

Na verdade, a organização do espaço urbano da orla de Belém está se transformando a paisagem, quando, projetam a identidade da cidade, ainda que revitalizada ou reorganizada pelo poder público, não favorecem o uso coletivo do território, pois se encontram distorcidas da funcionalidade tipicamente amazônica. As intervenções urbanísticas na orla pelos atuais gestores e a Prefeitura Municipal de Belém-PMB está criando um turismo desiquilibrado e com desigualdade social, espacial e econômica quando ainda permanecem o péssimo esgotamento sanitário e ausência de saneamento básico.

Com base nos resultados da pesquisa exploratória segundo Kennish, Knox (1996b) a carga de efluentes domésticos e industriais tem causado impacto na qualidade das águas superficiais

da Baía do Guajará. A urbanização crescente sem planejamento tem prejudicando o estuário do Guajará com o lançamento de efluentes que apresentam índices de poluição, de acordo com os parâmetros apresentados pelos estudos biológicos.

As diretrizes da eficácia da governança participativa devem ser incorporadas pelos gestores urbanos para o alcance de um modelo político de cidade sustentável, onde todos os cidadãos sejam capazes de ter o controle sobre o desenvolvimento da organização do seu próprio espaço urbano com responsabilidade eficácia e ética. Não podemos esquecer os múltiplos atores sociais que fazem parte da realidade regional amazônica tanto da área continental e insular, como dos moradores dos bairros da beira-rio da Avenida Bernardo Sayão com seus valores, identidades e contexto de vida.

Este foi o norte do discurso apresentado neste artigo que define o aspecto da paisagem urbanizada e a valorização do contexto regional amazônico. A abordagem de diversos autores que discorreram sobre as formas espaciais, na concepção da política urbana, sustentabilidade e de governança, constitui uma maneira de interpretar a dinâmica, evolução da cidade e da própria sociedade como um todo. Tudo implica na esfera de análise da produção e organização do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Litoral do Brasil**, São Paulo: Metalivros, 2001.

AMARAL, M, D.B. **ESTADO E POLÍTICA URBANA NA AMAZÔNIA**: A experiência das Intervenções Urbanas na orla fluvial de Belém. 1995.

BELÉM, **PLANO DIRETOR DE BELÉM**. Belém: PMB, 1993.

BECKER, B.K. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Ática, 1990

CORRÊA, A.J.L. **O ESPAÇO DAS ILUSÕES**: Planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998. (Dissertação de Mestrado)

CORRÊA, R.L. Espaço: **UM CONCEITO CHAVE EM GEOGRAFIA**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CARLOS, A.F. **A (re) produção do espaço urbano**: São Paulo: EDUSP, 1994.

HARVEY, D. **DO GERENCIAMENTO AO EMPRESARIAMENTO**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, São Paulo, n 39, p.48-64, 1996.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ (IDESP)
.**Belém**: estudo ambiental do Estuário Guajarino. Belém: Idesp. Relatórios de Pesquisa nº.17, 1990

KNOX, G.A. **ESTUARINE ECOSYSTEMS**: A systems aproach. Flórida: CRS, PRESS, 1986. 298p.

LIMA, W. P.; ZAKIA, M.J.B. Hidrologia de matas ciliares. In: RODRIGUES; R.R.; LEITÃO FILHO; H. F. (Ed.) **Matas Ciliares**: conservação e recuperação. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p.33-43, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

MIRANDA, L. B.; CASTRO, B.M.; KJERFVE, B. **PRINCÍPIOS DE OCEANOGRAFIA FÍSICA DE ESTUÁRIOS**. São Paulo: Edusp, 2002, 441p.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza**: proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Nobel, 1999.

MARTINS, M.L.R. Belém 1997-2000: **Desenhando A Cidade Do Terceiro Milênio**. Belém: Pólis, 2000

MOREIRA, E, **Belém e sua expressão geográfica.** In: PARÁ. Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Cejup, v.1, 1989.

PEIXOTO, Rodrigo. **Projeto Portal da Amazônia:** faltam informações, sobram perguntas, Destaque Amazônia. Informativo do Museu Paraense Emílio Goeldi Nº 55, Março de 2012.

SANTOS, M. **A NATUREZA DO ESPAÇO**: espaço, técnica, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitc,1999

SANTOS, M. **METAMORFOSE DO ESPAÇO HABITADO**. São Paulo: Hucitec, 1998, 124p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANCHEZ, F. **Cidade Espetáculo**: Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997

SOUZA, M. L. A perspectiva "mercadófilas": os ataques conservadores contra o planejamento regulatório. In: SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio espacial. In: SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, C.B.G. **Desenvolvimento local e (re) apropriação da cidade**: reflexões sobre o PDL Riacho Doce. 2003. 75p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento da Amazônia) NAEA, Belém, 2003.

TRINDADE, Jr, S.C., SILVA, M. A. Uso do solo na orla fluvial de Belém: realidades e contradições. In: TRINDADE Jr,S.C. SILVA, M. A. (org.) **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

_____A cidade estratégica nas políticas de renovação urbana em Belém: a experiência da Estação das Docas. In: TRINDADE Jr, S. C. SILVA, M. A. (org.) **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

_____**Produção do Espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

VIANA, A P. Ictiofauna como indicadora da qualidade Ambiental na Baía do Guajará (Belém-Pará), Estuário Amazônico. Dissertação (de Mestrado em Ciência Ambienta) Universidade Federal do Pará, da Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária- UFRA, Belém, 2006. KENNISH, M. J. **ECOLOGY OF ESTUARIES**, Vol.2: biological aspects. Flórida: CRC PRESS, 1986b.

VARGAS, H.C; CASTILHO, A.L.H. Reflexões Finais e Lições Possíveis. In: Vargas Heliana Comin; Catilho, Ana Luiza Howard. (orgs.). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetos, estratégias e resultados**.** 1º ed. São Paulo: Manole, 2005, p.265-274.

VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G.M.; LADISLAU, E. **O desafio político da sustentabilidade**: gestão sócio-ambiental de Belém. Belém: NUMA/UFPA, 2009.